

## Jogos Olímpicos no feminino: uma história de exclusões de gênero e raça<sup>1</sup>

Céres Santos<sup>2</sup>

Danilo Borges<sup>3</sup>

Esther Santana<sup>4</sup>

Irenilda Silva<sup>5</sup>

Jaislane Ribeiro<sup>6</sup>

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

### Resumo

Este artigo se propõe a analisar dados quantitativos sobre a presença das mulheres nos jogos olímpicos da modernidade. E, partir desses dados, investigar os fatores sociais que constroem essa realidade, desde os de gênero, passando pelo racismo e os entraves na superação dessas e outras barreiras, para o empoderamento das atletas femininas. As análises, têm como referência teórica, Louro (1997) e Wedderburn (2005). Este artigo também faz uma breve reflexão, identificando os mesmos fatores de impedimento das mulheres da cobertura jornalística esportiva dos Meios de Comunicação. Destaca ainda a realidade de afastamento tanto de atletas como de jornalistas brasileiras do mundo esportivo.

**Palavras-chave:** mulheres, exclusão, jogos olímpicos, cobertura esportiva e racismo.

### 1. INTRODUÇÃO

Em 2012, iniciamos o Projeto de Extensão Chuteiras Fora de Foco voltado para a formação em jornalismo esportivo, de estudantes do curso de Jornalismo em Multimeios oferecido

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 6 – Interfaces Comunicacionais, GP Comunicação e Esporte, do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2016.

<sup>2</sup> Céres Santos, discente do Curso de Doutorado Interinstitucional (Dinter) entre o Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM – USP) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: cerasantos@gmail.com.

<sup>3</sup> Danilo Borges, graduando do 6º semestre do curso de Comunicação Social/Jornalismo em Multimeios pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: dbsadanilo@gmail.com.

<sup>4</sup> Esther Santana, graduanda do 4º semestre do curso de Comunicação Social/Jornalismo em Multimeios pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: esthersantana95@hotmail.com.

<sup>5</sup> Jaislane Ribeiro, graduanda do 4º semestre do curso de Comunicação Social/Jornalismo em Multimeios pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: jaislane\_ribeiro@hotmail.com.

<sup>6</sup> Irenilda Maria da Silva, graduanda do 7º semestre do curso de Comunicação Social/Jornalismo em Multimeios, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: irenildam.silva03@gmail.com.

pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), na cidade baiana de Juazeiro. O projeto também tem o objetivo de identificar e analisar os impactos da realização dos megaeventos nas cidades sedes e um dos seus produtos foi a construção de um *blog*, com matérias locais, feitas pela equipe, e nacionais, extraídas de mídias especializadas em esporte do Brasil e de outros países. Com esse propósito o grupo do projeto já cobriu as copas das Confederações(2013) e da do Mundo (2014). Já em 2016, seguindo essa lógica, nos debruçamos sobre os Jogos Olímpicos. E, para contribuir com os/as leitores/as criamos uma coluna, Histórico das Olimpíadas, onde tratamos de todos os eventos realizados ao longo da modernidade.

Nessa recuperação da memória histórica dos Jogos Olímpicos, a cada evento informamos o número de atletas e, do total, quantos eram homens e quantos eram mulheres. Assim, foi possível explicitar uma realidade ainda não observada pela equipe: ora a ausência, ora a tímida presença das atletas femininas nesse evento e as condições de desigualdade das mulheres em relação aos homens. Essa situação nos motivou a produzir este artigo que, em síntese, contextualiza o cenário esportivo, com recorte de gênero e raça, e a refletir sobre os fatores que ainda promovem a exclusão de mulheres no esporte.

Na era moderna já foram realizados 29 eventos - incluindo o de 2016, o primeiro no Brasil e na América Latina. A primeira olimpíada ocorreu em 1896, em Atenas, contou com 241 atletas e não permitia a participação de mulheres. Mesmo assim, a grega Stamati Revithi, também conhecida como Melpomene, um dia após a maratona oficial, fez todo o percurso dessa modalidade esportiva, completando a última volta por fora do estádio. Conforme Oliveira, Cheren e Tubino (2008) ela, conseguiu completar o percurso em quatro horas e meia, sendo mais rápida que muitos competidores.

Mesmo sem receber qualquer premiação pelo seu feito, a atitude simbólica da grega repercutiu entre as comissões organizadoras gerando algumas mudanças significativas, como a inserção das atletas femininas já no evento seguinte, em 1900 (Paris), e das modalidades de golfe e tênis femininos. Nessa competição, a presença de atletas foi tímida: de 997 participantes apenas 22 eram mulheres: 2,2% do total.

Segundo Oliveira, Cheren e Tubino (2008) a partir de então pode-se observar que o número de mulheres atuantes nos jogos começou a crescer gradativamente, apresentando as vezes, algumas oscilações, como indica a tabela 1. Em 2012, por exemplo, de 10.500 esportistas,

4.620 eram mulheres (44%). As estimativas sobre a presença feminina nas Olimpíadas, em 2016<sup>7</sup>, são de que ficará abaixo de 50% do total de atletas.

**Tabela 1**

**Participação feminina nos jogos olímpicos**

<b>Ano</b>	<b>Total de Participantes</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Porcentagem %</b>
1896	241	00	0 <sup>8</sup>
1900	997	22	2,2 %
1904	651	06	0,9%
1908	2008	37	1,8%
1912	2407	48	2,0%
1920	2626	65	2,4%
1924	3089	135	4,4%
1928	2883	277	9,6%
1932	1332	126	9,0%
1936	3963	331	8,3%
1948	4104	390	9,5%
1952	4955	519	10,5%
1956	3314	376	13,3%
1960	5338	611	11,4%
1964	5151	678	13,2%
1968	5516	781	14,2%
1972	7134	1059	14,6%
1976	6084	1260	20,7%
1980	5179	1115	21,5%
1984	6829	1566	23%
1988	8391	2194	26,1%
1992	9356	2704	28,8%
1996	10318	3512	34%
2000	10651	4069	38,2%
2004	10625	4329	40,7%
2008	11040	4637	42%
2012	10500	4620	44%

<sup>7</sup>Até a conclusão deste artigo o Comitê Olímpico Internacional não havia informado o total de participantes.

<sup>8</sup> As mulheres não tinham permissão para participar nos Jogos Olímpicos de 1896. Mas Stamata Revithi fez a prova de maratona em 11 de abril, um dia após a corrida oficial dos homens. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Stamata\\_Revithi](https://pt.wikipedia.org/wiki/Stamata_Revithi). Acesso em 11.07.2016

Fontes: Comitê Olímpico Internacional, 2006/7 e Comitê Olímpico Brasileiro, 2006<sup>9</sup>

## 2. EXCLUSÃO DE GÊNERO EOS ESTUDOS FEMINISTAS

Refletir sobre a ausência das mulheres do esporte, requer, mesmo que de forma breve, uma reflexão sobre gênero. Louro (1997) trabalha com gênero como sendo uma categoria de análise que busca romper com o pensamento dicotômico e ligado a história do movimento feminista contemporâneo. Entende feminismo como um movimento social e ocidental do século XIX, que já viveu três ondas, sendo que a primeira enfatizou a questão do sufrágio, do direito ao voto às mulheres, além de outras demandas como direito ao trabalho.

Já a segunda onda, iniciada no final dos anos 60, preocupou-se com questões sociais, políticas e com a construção teórica por mulheres estudiosas e militantes. Destaca Louro (1997) que a década de 60 foi marcada por atos de rebeldia e contestação, tanto na Europa como nos EUA, onde as mulheres também questionavam o formalismo acadêmico e denunciavam a ausência das mulheres nas ciências, letras e nas artes. Nessa fase surgem trabalhos de mulheres como Simone de Beauvoir, Betty Friedan e Kate Millet que contaminam o fazer acadêmico. Surgem, então, os Estudos da mulher.

A autora informa que uma das ações dos Estudos da mulher foi a de dar visibilidade a quem havia sido, historicamente, ocultada. Assim, a mulher passou a ser sujeita da ciência e rompe com a ideia do universo da mulher estar limitado ao âmbito do doméstico, embora, já houvesse mulheres trabalhando fora de casa. Porém, dirigidas por homens. Mas aquele lugar, o espaço doméstico, passa a ser objeto de atenção das mulheres.

Nessa fase, as mulheres produzem muito e com muita paixão, contrapondo a rigidez acadêmica como a objetividade, neutralidade, distanciamento e isenção. Problematizam na academia e dão ênfase às histórias de vida. Também é nesse momento que surgem o ‘feminismo radical’ que identifica como causa central a ser atacada a opressão e diferentes perspectivas analíticas, mas com motivações afins, embora se mantenham as que identificam nas características biológicas as desigualdades, presentes e reforçadas na sociedade.

---

<sup>9</sup>Dados extraídos do artigo de Oliveira, Cheren e Tubino (2001, p.5).

Louro (1997) explica que gênero difere de sexo e é uma ferramenta política. Não é negada a Biologia, mas sim a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas e que gênero coloca o debate no campo social, pois é nele, onde se constroem e se reproduzem as relações desiguais entre os/as sujeitos/as. Assim há uma busca da diferenciação não mais na Biologia, mas sim na história e nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação e no campo das relações sociais, pois é aí que se constroem os gêneros.

Daí a constatação dos pressupostos do patriarcalismo e do machismo permeando as relações sociais e determinando quem tem ou não acesso a determinados espaços, a partir da categoria gênero. A proposta é entender gênero como constituinte da identidade dos/as sujeitos/as. Louro (1997) explica que as identidades são construções sociais e que essas construções têm como alicerce o modelo de relações de poder, neste caso, de gênero.

Uma das reconhecidas contribuições ao debate sobre gênero, foi a de Joan Scott (1986), por meio do artigo Gênero: uma categoria útil de análise histórica, publicado, originalmente, em 1986. A autora entende gênero como uma percepção a respeito das diferenças sexuais, hierarquizada, limitada e dual e reconhece a existência de diferenças baseadas nos corpos sexuados. Mas são as formas como se constroem significados culturais a essas diferenças que vão interessar a Scott (1986), pois é a partir desse recorte que a construção social de gênero concede sentidos e uma hierarquização dentro de relações humanas.

Já a terceira onda iniciada em 1990, destaca um momento de reflexão sobre os impasses e equívocos das fases anteriores e uma necessidade de se promover avanços nos desafios, muitos gerados internamente pelo próprio movimento, como a sua hegemonia e dificuldades em conceber as diferenças existentes dentro da categoria gênero, como por exemplo, as de classe, gênero e sexualidade. Nessa etapa, emerge, com mais veemência, a crítica das feministas negras, entre elas bell hooks, Patrícia Hill Collins, Kimberley Kreshaw, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros e Suely Carneiro, sendo essas três últimas brasileiras, que tratam da condição feminina das mulheres negras, a partir de um outro lugar, diferenciado do das mulheres brancas e de classe média, onde a intersecção de diversos fatores, alguns estruturantes como é o caso do racismo, provocam processos distintos de exclusão.

## **2.1. Esporte como espaço masculino**

Maia, Chaves e Araújo (2013) tratam do esporte “como elemento social que exerce influências de maneira direta ou indireta na vida religiosa, econômica, política e motora das pessoas” (p.1) e que esse elemento é carregado de significados, como o de ser um espaço de projeções de valores culturais, inclusive, os de conteúdos excludentes. Já o Observatório de Gênero(s/a, p.1) informa que:

“No Brasil, até o ano de 1979, as mulheres estavam proibidas de praticar lutas e jogar futebol, considerados incompatíveis com o que se considerava adequado às mulheres. Apesar de ter ocorrido um significativo ingresso das mulheres nos esportes, ainda existem diferenças entre estas e os homens no que diz respeito aos recursos destinados para a prática de determinada modalidade, assim como pouca visibilidade das esportistas mulheres na mídia e nos meios de comunicação. Esportes mais ligados ao uso da força ainda são bastante vinculados ao universo masculino, assim como posições de liderança e funções técnicas.

Adriano Senkevics (2012) destaca o marco para as mulheres, registrado nos Jogos Olímpicos de 2012: pela primeira vez na história das Olimpíadas as mulheres competiram em todas as modalidades e todas as nações inscritas no evento, 204, enviaram atletas femininas, sendo que na delegação norte-americana as mulheres superaram o número de atletas masculinos: 269 contra 261. Senkevics (2012) observa ainda que países “que tradicionalmente alijavam as mulheres dessas competições, passaram a permiti-las como foram os casos da Arábia Saudita, que enviou duas atletas (Ali Seraj Abdulrahim Shahrkhani no judô, categoria 78 quilos; e Sarah Attar, na corrida de 800 metros); Brunei (ao norte da Malásia) e Qatar (ao leste da Arábia Saudita).

## 2.2. Constrangimento olímpico: o caso da ‘carteira rosa’

A presença das mulheres nas Olimpíadas foi acompanhada por práticas extremamente conservadoras, preconceituosas, machistas e constrangedoras. Senkevics (2012) informa que por décadas- de 1968 a 2000 -as mulheres passaram por humilhações para participarem do evento. É que elas tinham ficar nuas diante de um grupo de examinadores para atestar se eram ou não mulheres. A medida era para evitar a presença de homens nas competições de mulheres.

Mas essa prática agressiva, na verdade, foi anterior a 1968. Iniciou-se nos jogos de Berlim em 1936, na era de Hitler, no 10º evento, quando a atleta norte-americana Helen Stephens venceu a polonesa Stella Wash e foi acusada de ser um homem. Para superar ‘o impasse’ médicos germânicos fizeram um minucioso exame em Helen e concluíram que ela era uma

mulher. Mas, ironicamente, quando Stella Wash morreu em 4 de dezembro de 1980, seu corpo precisou passar por exame de autópsia que evidenciou que Wash era hermafrodita, seu corpo tinha os genitais femininos e masculinos. Os ‘testes’ de feminilidade duraram por oito edições (três décadas) das Olimpíadas, de 1968 a 2000, conforme relata Lessa (2014). O resultado desses exames é que habilitava as atletas a receberem, ou não, a ‘carteira rosa’.

Em outro artigo de Lessa (2013), publicado na Revista Brasileira de Ciências do Esporte, informa que em 2004, o Comitê Olímpico Internacional (COI) divulgou regras para a participação, no evento daquele ano, de transsexuais e os interssex. Já em 2012, nos jogos realizados em Londres, o COI não recuou no seu processo preconceituoso: proibiu que mulheres com excesso de hormônios masculinos participassem de provas femininas. Assim, atletas femininas com problemas hormonais, como de hiperandrogenismo – quando o organismo produz, em excesso, hormônios masculinos – ficaram fora da competição.

Conforme divulgou a Agência Brasil (2016), para as Olimpíadas de 2016, o COI sinaliza para a superação de algumas decisões preconceituosas ao permitir a presença de transsexuais. Segundo a Agência Brasil (2016) o órgão entende que “é preciso garantir que os atletas trans não sejam excluídos da oportunidade de participar de competições esportivas”, e desde 2003, reconhece a autonomia da identidade de gênero.

O organismo considera que as mudanças provocadas por transgenitalização - intervenções cirúrgicas de mudança de sexo - “não são necessárias para garantir uma competição justa e podem ser inconsistentes com o desenvolvimento de leis e dos direitos humanos” (IBIDEM). Mas, para além das exclusões de sexo e biológico, as mulheres enfrentam outras barreiras para acessarem ao meio esportivo, como veremos a seguir.

## **2.2. Presença feminina nas delegações do Brasil**

No Brasil o cenário de exclusão das atletas femininas ainda se faz presente. Até meados do século XX, o Brasil não possuía um número expressivo de mulheres nas práticas de esportes. Esse cenário só passou por pequena alteração após a conquista, pelas mulheres, de algumas garantias sociais, como a aprovação do voto feminino no país, em 1932. Para explicar o fenômeno da ausência feminina no desporto, Oliveira, Cheren e Tubino (2001) destacam que o Decreto Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, aprovado no Estado Novo, foi à primeira legislação esportiva no país e restringia no seu Artigo 54 a prática esportiva

femininae vigorou até 1975. Vinte e cinco anos mais tarde, em 1965, o Conselho Nacional do Desporto, continuou duro com as mulheres e chegou a divulgar a Deliberação nº 7 proibindo a prática feminina em lutas e jogos como futebol, de campo, salão e praia, pólo, halterofilismo e beisebol. A deliberação durou até 1979.

Foi nesse mesmo ano da queda do Decreto Lei nº 3.199, que a nadadora Maria Lenk, disputou as Olimpíadas de Los Angeles, custeando suas despesas. Com apenas 17 anos, a atleta foi a primeira mulher a representar o Brasil e a América do Sul nos jogos. Lenk não ganhou medalha, mas tornou-se referência mundial em nado borboleta.

Dando sequência à trajetória de Lenk, outras atletas brasileiras seguiram representando o país, tendo como seus grandes oponentes o machismo e o preconceito que durante anos foi culturalmente aceitado e promovido no meio esportivo. Por conta disso muitas atletas ficaram desamparadas pelo Comitê Olímpico Brasileiro, como foi o caso de Aída dos Santos que trataremos mais a frente. Somente nos anos 80, a delegação brasileira começa a contar com uma presença feminina mais expressiva, como demonstra a tabela abaixo.

**Tabela 2**

**Participação feminina na delegação olímpica brasileira**

<b>Ano</b>	<b>Participação brasileira</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Porcentagem</b>
1932	85	1	1,1%
1936	95	06	6,3%
1948	79	11	13,9%
1952	108	05	4,6%
1956	48	01	2%
1960	82	01	1,2%
1964	70	01	1,4%
1968	83	03	3,6%
1972	89	05	5,6%
1976	93	07	7,5%
1980	109	15	13,7%
1984	151	22	14,5%
1988	174	35	20,1%
1992	178	51	28,6%
1996	225	66	29,3%
2000	206	94	45,6%
2004	247	122	49,3%
2008	277	133	48%
2012	259	123	47,4%



Fontes: Comitê Olímpico Internacional, 2006/7e Comitê Olímpico Brasileiro, 2006<sup>10</sup>

Oliveira, Cheren e Tubino (2008) informam que desde as olimpíadas de 1980 na Rússia, com a presença da equipe brasileira feminina de vôlei, até as olimpíadas de 2004 em Atenas, a participação das mulheres nos jogos cresceu em média 5,9%. Já em 2008, nas Olimpíadas de Pequim, a delegação brasileira enviou aos jogos 277 atletas, desses 133 eram mulheres, registrando um recorde de participação do país. Estão associados a esse número, a inclusão de nove modalidades como maratona aquática masculina e feminina. No total foram 28 modalidades, 165 provas masculinas, 127 femininas e 10 mistas.

### 3. O RACISMO, OUTRO FATOR DE EXCLUSÃO

Para tratarmos de exclusão das atletas negras do mundo esportivo, recorro a Santos (2007) quando se refere a Wedderburn (2007) porque ele, ao definir o racismo, contribui para o entendimento dos fatores que interferem na presença das atletas no mundo dos esportes. Santos (2007) destaca que, para Wedderburn, a insensibilidade é uma das características do racismo ao ponto de fazer com que pessoas, preocupadas com o bem estar de seus animais, não se sensibilizem com a realidade de exclusão da comunidade negra brasileira. Wedderburn (2007, p. 12) salienta que:

“O racista nega esse quadro e, o que é pior, o justifica. Ele combate de maneira ferrenha qualquer proposta tendente a modificar o *status quo* sociocultural, usando dos mais variados argumentos ‘nº universalistas’, ‘integracionistas’ e ‘republicanos’. Todos os argumentos apresentados em sentido inverso, todas as estatísticas aduzidas para demonstrar a prevalência, na América Latina, de um espantoso quadro de opressão racial são insuficientes; o racista é imune a tudo quanto não sejam as razões para a manutenção dos privilégios unilaterais que desfruta na sociedade.

Entendemos o racismo como um conceito eminentemente político e ideológico que se verifica nas relações sociais e que sua manutenção só é possível, ainda hoje, porque grupos sociais e/ou estruturas de governo recorrem a uma série de instrumentos e processos capazes de mobilizar procedimentos que resultam na manutenção de privilégios hegemônicos. Nesse sentido Werneck (2013, p.11) ressalta que:

... “o racismo deve ser reconhecido também como um sistema, uma vez que se organiza e se desenvolve através de estruturas, políticas, práticas e normas capazes de definir oportunidades e valores para

---

<sup>10</sup>Dados extraídos do artigo de Oliveira, Cheren e Tubino (2008, p.5).

“pessoas e populações a partir de sua aparência, atuando em diferentes níveis: pessoal, interpessoal e institucional”.

Em artigo publicado em 2014, no *site* *blogueiras negras*, a jornalista Neusa Maria Pereira, traça a trajetória de atletas brasileiras. Ela destaca as pioneiras em Jogos Olímpicos, como a pioneira Melania Luz, que competiu nos 200 metros, na Olimpíada de Los Angeles, nos EUA, em 1948 e Aida dos Santos, natural de Niterói que conquistou o quarto lugar no salto em altura nas Olimpíadas de Tóquio em 1964 e Wanda dos Santos, que competiu nos Jogos Olímpicos de 1960, em Roma. Também perfila “atletas contemporâneas como a carioca, Rafaela Silva, bicampeã mundial de judô, Valesquinha, jogadora de futebol da seleção brasileira e filha de Aida dos Santos” (IBIDEM).

Pereira (2014) faz uma cronologia da presença das mulheres negras nas Olimpíadas e salienta que o esporte ainda é um meio possível de promoção de ascensão social e econômica para muitas dessas atletas que na sua maioria, provem de famílias de baixa renda. Ela cita as Olimpíadas de Sydney de 2000, na Austrália, porque marcou a estreia de atletas negras em diferentes modalidades. Uma delas foi a mineira Maria Elizabeth Jorge, na época, com 34 anos, a primeira atleta brasileira da modalidade de levantamento de peso. Segundo Pereira (2004) ela se descobriu atleta quando lavava e carregava roupas de estudantes. Esse era o treino diário de Jorge, que além do racismo, sofreu preconceito de gênero por ingressar em uma modalidade majoritariamente masculina. Apesar desse contexto Jorge conquistou o bicampeonato mundial máster 97/98 e o bicampeonato sul-americano 92/96.

Outra atleta negra citada por Pereira (2014) foi a paulistana Wanda dos Santos que embarcou sozinha para os Jogos Olímpicos de Roma de 1960. Ela formava a delegação brasileira, composta por 81 atletas. E Santos foi a única mulher. Antes, porém, Wanda havia participado da prova dos 80 metros com barreiras nos jogos de Helsinque/Finlândia, em 1952. Pereira (2014) conta que Wanda foi muito hostilizada, em Helsinque, por ser negra e que “embora cordiais, as competidoras se recusavam a ficar próximas ou, até mesmo, cumprimentá-la”, (IBIDEM).

Já a carioca Aida dos Santos também tem uma longa história de superação. “Nascida em Niterói, RJ, Aida passou fome e apanhava do pai alcoólico. A dedicação ao esporte foi uma

redenção, a possibilidade de encontrar cidadania”, destaca Pereira (2014). Elachegou às Olimpíadas de Tóquio, em 1964 sem patrocínio sem as sapatilhas de prego e sem treinador. Mesmo assim, conquistou a quarta colocação no salto em altura. Assim como Wanda, Aida foi a única mulher na delegação brasileira e a primeira brasileira numa final de Olimpíada. Ainda teve até que improvisar uma roupa para participar da abertura dos jogos de Tóquio. Mas não permitiu que as adversidades se transformassem em barreiras para seus objetivos. Venceu todas elas.

Aida, que também disputava provas de 100 metros rasos e lançamento de dardo, participou dessa Olimpíadas com sapatilhas cedidas por um empresário do setor esportivo. E se não bastasse, competiu contundida. Mesmo assim, ficou em quarto lugar. Já nos Jogos Olímpicos de 1968, no México, ficou em 22º lugar no pentatlo. Recentemente, em 2012, sua trajetória foi narrada no documentário *Aída dos Santos*, uma mulher de garra, dirigido por André Pupo e Ricardo Quintella.

#### **4. REPÓRTERES FEMININAS NA COBERTURA JORNALÍSTICA**

Mudando um pouco o foco de nossas análises, consideramos que, mesmo de forma breve, tratar da presença das jornalistas em coberturas esportivas no Brasil, opera quase como cenas de um mesmo filme, já que identificamos o mesmo cenário de exclusão observado com relação a presença feminina nos Jogos Olímpicos. Afinal, a mesma prática social - de construir espaços e acessos definidos por gênero - aplicada às atletas, ainda é imposta às jornalistas, seja porque estamos tratando de uma mesma área de atuação, o mundo esportivo, considerado como espaço exclusivo para homens, seja porque as mulheres ainda estão em processos distintos de desconstrução desses valores e barreiras.

De acordo com Alexandrino (2011) no Brasil a história do jornalismo esportivo se deu através da chegada e massificação do futebol. “Antes do futebol se tornar esporte admirado pelos brasileiros, a imprensa esportiva não possuía destaque e credibilidade nas publicações em jornais impressos da época”(IDBEM, p.15). A modalidade chegou no país em 1894, por meio de Charles Miller. E nas décadas de 1920 e 1930, o futebol se tornou profissional beneficiando as demais classes sociais, já que antes era um esporte praticado pela elite. No ano de 1930 aconteceu a primeira transmissão radiofônica de um jogo de futebol, possibilitando, ainda mais, a divulgação do futebol. Já a primeira transmissão de uma partida de futebol ocorreu em 1958.

A televisão entrou em operação no Brasil em 18 de setembro de 1950 e em menos de um mês, em 15 de outubro, foi transmitida a primeira partida de futebol entre as equipes de São Paulo e Palmeiras. Alexandrino (2011, p. 18) também destaca que nos anos 60 a imprensa brasileira já publicava um número maior de cadernos esportivos, já na década seguinte, foi publicada a primeira revista especializada da área. Em 1990 um novo meio surgiu, a *internet*, sete anos depois é lançado o diário esportivo Lance. Com o advento das redes sociais alguns dos considerados melhores jornalistas da época, migraram da imprensa tradicional para o novo meio. Antes, porém, como relata Humberto (2016, p.16):

Timidamente, relata Paulo Vinícius Coelho (2003) em seu livro *Jornalismo Esportivo*, as notícias começaram a aparecer em São Paulo nos idos de 1910, em uma publicação dedicada à colônia italiana, chamada *Fanfulla* (pág. 8). Embalado pela popularização do futebol nos anos 20, graças à presença dos negros nas equipes cariocas, em 1931 surgiu no Rio de Janeiro o *Jornal dos Sports*, primeiro diário dedicado aos esportes no país.

Alexandrino (2011) na sua contextualização histórica ensina que o primeiro programa de esportes da televisão brasileira foi o Mesa Redonda da TV Record que estreou, em 1954, selando o encontro do telejornalismo com o esporte, que ganha um caráter de unidade nacional. Segundo a inserção da mulher na imprensa brasileira ocorreu no final do século XIX, como um “meio de divulgação das conquistas realizadas por elas para fugir de estereótipos de donas de casa ou mãe, situação recorrente no final do século XIX”. (p.32).

Mas somente 16 anos após a primeira transmissão de uma partida de futebol pela tv, em 1970, segundo Alexandrino (2011) as mulheres chegaram as redações esportivas do país. Mas apenas nos anos 90 essa presença cresceu. Mas ainda hoje essa presença não deve ultrapassar a 10% do universo dos jornalistas que atuam na área de esportes. Para a autora trabalhar em uma área dominada por homens, não foi e nem é, ainda, uma tarefa fácil.

A maioria dos jornalistas masculinos carrega, em suas práticas cotidianas, valores estereotipados, como por exemplo, acreditar que as mulheres não entendem de futebol. Alexandrino (2011, p. 38) cita Coelho (2003) quando esse relata do impacto provocado pela presença de uma mulher que entende futebol. “Gera-se uma situação curiosa, pois, em algumas vezes, é possível perceber o nível de conhecimento dela acerca do tema é maior do que os homens, principalmente quando as elas demonstram domínio sobre o assunto”.

Segundo a autora (2011) além de serem alvo de preconceito por atuarem na área, as que trabalham no meio televisivo ainda são mais expostas aos estereótipos e padrões de beleza.

Não basta terem conhecimento na área do jornalismo esportivo, ainda precisam ser belas. Inclusive, como salienta Alexandrino (2011), algumas das emissoras usam da ‘beleza’ das jornalistas para atrair audiência, principalmente, a masculina. Nesse ponto a autora cita Clarise Bessa, no texto *Mulheres de Atenas*, para destacar outro problema: a maioria das mulheres que atua na televisão só leem *scripts* prontos e, dificilmente ocupam o papel de comentaristas.

Pouquíssimas mulheres realmente podem exercer um cargo de comentaristas (para emitir opiniões de verdade, não vomitar um script), principalmente quando têm contato direto com o público. No futebol, então! Nós somos o país do futebol, porém julgamos que as mulheres incompetentes no assunto. Muitas garotas já o praticam, mas falar sobre técnica e tática? Discutir se dá para a seleção jogar com dois centroavantes ou se meia é extinção no Brasil? As entrelinhas do cinismo expressam o seguinte: Mulheres podem jogar, mas que não se profissionalizem nem tentem entender o assunto, namorem jogadores, criem sites sobre galãs como Beckham e o Morientes, sejam assistentes de palco de programas (usem decotes) ou façam matérias de biquíni, mas, por favor não se metem em território onde só macho tem competência para opinar, gerir e praticar. (BESSA, 2006, p.1).

Por sua vez Righi (2006) associa ao crescimento, mesmo que tímido, das mulheres no mundo dos esportes, a presença feminina na cobertura do jornalismo esportivo, no qual algumas profissionais se destacam. Cita, como exemplo, a presença na equipe de cobertura dos Jogos Olímpicos de Seul, 1988, da produtora Myriam De Lamare. Na década de 90 algumas jornalistas começam a ter destaque: Mylena Ciribelli apresenta boletins esportivos sobre os Jogos Olímpicos de Seul e de Fórmula 1, ainda em 1988, pela TV Manchete. Outros exemplos, citados pela autora, na televisão, que atuaram neste período são Débora Vilhalba, Glenda Kozlowiski, e Débora Menezes. “Em 1998, Anna Zimmerman foi a primeira repórter feminina de campo da Rede Globo, trabalhando na cobertura da Copa do Mundo, na França”, salienta (IBIDEM, p,31).

Nessa trajetória de desconstrução de preconceitos Righi (2006) relata que a partir de 2002, a Rede Globo escalou a jornalista Fátima Bernardes, do Jornal Nacional para a cobertura da Copa do Mundo, executando um trabalho alvo de elogios dos jogadores da seleção brasileira. Em 2006, na Copa do Mundo, na Alemanha, novamente Bernardes atuou como repórter. Já na matéria de Gabriela Ferigato (2014) é citada como destaque uma outra jornalista: Soninha Francine que nas Copas do Mundo de 1998, 2002 e 2006 comentou partidas da seleção brasileira para a TV Cultura e ESPN. Nessa pesquisa não identificamos nenhuma repórter negra.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo procuramos identificar os motivos que provocam a ausência das atletas de eventos internacionais e, como esse cenário está sendo gradativamente alterado. Nesse percurso histórico identificamos que as exclusões alicerçadas em gênero, raça e sexo, fruto de construções sociais, com o intuito de dominação de um grupo por outro, ainda limitam e definem o acesso feminino ao espaço esportivo, considerado como domínio masculino. Esses impedimentos foram e ainda são, determinantes para que as mulheres não tenham alcançado, numericamente, sequer, a metade das delegações esportivas do Brasil. Já as premiações, foram poucas, mas com um peso social muito significativo (simbólico). Esses fatores, em especial, o racismo, é um dos principais responsáveis para a ausência de atletas e jornalistas negras do mundo dos esportes.

Vimos também que, apesar das críticas, se expande os movimentos feministas e de reforço das identidades, como as de gênero e raça, por exemplo, e que eles têm contribuído na desconstrução de estereótipos e de preconceitos sobre ocupação de espaços, como o do esporte. E é nesse conflito, presente inclusive, no COI que, por três décadas, instituiu a ‘carteira rosa’ e que agora, nas Olimpíadas de 2016 rompe barreiras de gênero e sexualidade.

Ficamos com a impressão de que apesar das críticas, os movimentos feministas têm conquistado avanços, inclusive, no meio esportivo, aonde as atletas vêm se firmando e se dispondo a romper preconceitos. É explícito que as atletas ainda estão vulneráveis a exclusões, como a falta de patrocínio e apoio institucional, por conta de gênero e raça. Mas também é visível a disposição delas em não desistir de realizarem seus sonhos como Aida dos Santos verbaliza no documentário Aida dos Santos, uma mulher de garra.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALEXANDRINO, Viviane Aparecida. **A mulher no jornalismo esportivo: Análise da participação feminina no telejornalismo Brasileiro.** Disponível em:

<http://www.ebc.com.br/noticias/esporte/2012/08/a-participacao-das-mulheres-brasileira-nos-jogos-olimpicos>. Acesso em: 10.07.2016.

BRAVO, Débora Vasconcelos Tavares. **Elas assumiram o comando. As mulheres jornalistas no mundo do telejornalismo esportivo.** Disponível em: [www.com.ufv.br/pdfs/tccs/2009/deborabravo.pdf](http://www.com.ufv.br/pdfs/tccs/2009/deborabravo.pdf). Acesso em: 28.06.2016.

FERIGATO, Gabriela. **Mulheres na Copa.** Disponível em: [http://www.portalimprensa.com.br/especialcopa/mulheres\\_na\\_copa\\_20140605\\_01.asp](http://www.portalimprensa.com.br/especialcopa/mulheres_na_copa_20140605_01.asp). Acesso em: 13.07.2016.

GÊNERO, Observatório da Igualdade de Gênero. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/esporte>. Acesso em 11.07.2016.

HUMBERTO, Carlos. **Juazeiro social clube: a lenta caminhada para o profissionalismo**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no DCH III, Uneb, 2016.

LESSA, **O sexo a quem compete?** Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/provas-preliminares>. Acesso em 11.07.2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação, uma perspectiva pós estruturalista**. Editora Vozes, 6ª Edição, 1997.

MAIA, Mayara Cristina Mendes, CHAVES, Paula Nunes, ARAÚJO, Allyson Carvalho de. **O espaço da mulher na cultura esportiva: análise da obra offside**. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2013/5conice/paper/viewFile/5519/2486>. Acesso em: 28.6.2016.

Master, Associação Brasileira de Atletismo. **Aida dos Santos**. Disponível em: <http://www.abrambrasil.com/icones-do-atletismo-master/aida-dos-santos/>. Acesso em 14.07.2016.

OLIVEIRA, Gilberto, CHEREM, Eduardo H.L e TUBINO, Manoel J.G.A **inserção história da mulher no esporte**. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/1133/884>. Acesso em: 12.07.2016.

PEREIRA, Neuza Maria. As mulheres negras no esporte brasileiro. Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/148021/As-mulheres-negras-no-esporte-brasileiro.htm>. Acesso em 13.07.2016.

PESSOA, Thalita. Aida dos Santos, a mulher que o pódio não pôde suportar. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/esportes/rio-2016/aida-dos-santos-mulher-que-podio-nao-pode-suportar-18528315#ixzz4EPPH3bZu>. Acesso em: 14.07.2016.

RIGHI, Anelise Farenzena. As donas da bola – inserção e atuação das mulheres no jornalismo esportivo televisivo. Disponível em: <https://lapejor.files.wordpress.com/2011/04/anelise-righi.pdf>. Acesso em 13.07.2016.

SANTOS, Céres. **Como o Brasil tem enfrentado o paradigma das políticas afirmativas e adoção de cotas para afrodescendentes nas universidades**, in Revista do Curso de Especialização em Direitos Humanos, volume 1, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Ministério Público e UNEB, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Disponível em: [https://archive.org/details/scott\\_gender](https://archive.org/details/scott_gender). Acesso em: 1.05.2014.

SENKEVICS, Adriano. **Um breve histórico da participação das mulheres nos Jogos Olímpicos**. Disponível em: <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/07/31/um-historico-da-participacao-das-mulheres-nos-jogos-olimpicos/>. Acesso em: 10.07.2016.

WEDDERBURN. Carlos Moore. Do marco histórico das políticas de ações afirmativas – perspectivas e consideração, In **Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Coleção Educação para todos. Brasília. MEC e UNESCO, 2005, pp. 313-341.

WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional, uma abordagem conceitual**. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/publicacoes/publicacoes-recentes/racismo-institucional>. Acesso em: 01.05.2014.